



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0655/10	DATA: 20/05/2010
INÍCIO: 10h18min	TÉRMINO: 11h54min	DURAÇÃO: 01h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h36min	PÁGINAS: 33	QUARTOS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA – Secretário do Governador do Paraná, Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba e Substituto do Governador Orlando Pessuti, ex-Coordenador da Copa de 2014 no Paraná. RICARDO LEITÃO – Secretário da Casa Civil de Pernambuco e Coordenador do Comitê da Copa de 2014.

SUMÁRIO: Discussão sobre atrasos nas obras para a Copa do Mundo e medidas necessárias para corrigir a situação, sem prejuízo para os cofres públicos.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, destinada a discutir atrasos nas obras para a Copa do Mundo e medidas necessárias para corrigir essa situação, sem prejuízo para os cofres públicos.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Ricardo Leitão, Secretário da Casa Civil do Governo de Pernambuco e Coordenador do Comitê de Pernambuco da Copa de 2014. Agradeço ao Sr. Ricardo a presença e ao Governador Eduardo Campos, ex-Deputado, que militou muito na área do esporte.

Convido também o Sr. Alcidino Bittencourt Pereira, Secretário do Governador do Paraná e Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba, que substitui o Governador Orlando Pessuti, que era o Coordenador da Copa de 2014 no Paraná. O ex-Vice-Governador, hoje Governador, já nos havia recebido uma vez na Câmara de Vereadores de Curitiba, juntamente com toda a equipe de coordenação. E desde então temos acompanhado o desenvolvimento dos trabalhos para a Copa. Hoje o Sr. Alcidino vem atualizar as nossas informações.

Infelizmente — e já justificaram a ausência —, os representantes de Porto Alegre e de Fortaleza não puderam comparecer hoje à audiência. Mas já estamos remarcando para uma próxima data.

Informo que esta Subcomissão que presido, a Subcomissão de Fiscalização dos Recursos destinados à realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, tem como Relatora a Deputada Rebecca Garcia, do Amazonas. E nós, com os 2 convidados de hoje, teremos ouvido representantes de 6 cidades-sede, que vieram trazer informações diretamente ao Congresso Nacional.

Estivemos em São Paulo na última sexta-feira. Fomos recebidos pelo Comitê Organizador da Copa e fizemos uma visita ao Morumbi. Fomos recebidos também pelo Presidente e por toda a diretoria do São Paulo, que expuseram os projetos de São Paulo. No próximo dia 1º de junho, estaremos no Rio de Janeiro. Já foi acertado com a Secretária de Esporte do Estado, Dra. Márcia Lins.

Recordo que já ouvimos também o Ministro das Cidades, que veio expor sobre os projetos de mobilidade urbana; a Secretaria Nacional de Segurança, que veio falar sobre os projetos na área de segurança; e, ontem, em audiência conjunta com a Comissão de Turismo e Desporto, ouvimos o Ministro do Esporte, Orlando

[P1] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:1 Taq.:Lelaine Rev.:



Silva, Coordenador Interministerial, nomeado pelo Governo Federal, e que seria o responsável por todo o andamento da organização da Copa.

O objetivo dessas audiências públicas e dessas visitas é produzir um relatório, que deverá ser apresentado pela Deputada Rebecca Garcia até o final de junho, para retratar a realidade da organização da Copa no Brasil e a sua atual situação.

Esta Subcomissão Permanente foi instituída em maio do ano passado e já apresentou um relatório parcial no final do ano, em dezembro. Nesse relatório, nós já antecipávamos os atrasos e as dificuldades que viriam pela frente e que infelizmente foram confirmados. Agora, com o novo relatório, nós queremos, como disse, dar à sociedade uma visão real, além da visão oficial, do que está realmente acontecendo, os riscos e as dificuldades que o País está enfrentando para fazer esse evento de tão grande magnitude e que é de interesse de todos nós.

Agradeço mais uma vez aos convidados a presença.

Com a palavra o Deputado Eugênio Rabelo, do Ceará, que tem uma informação para nos dar.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Eu vim justificar a ausência do Secretário Ferruccio Feitosa, em razão da situação em que se encontra o nosso Estado. Ele está recebendo a visita do BNDES e, anteontem, recebeu a FIFA. Por todos esses motivos, ele não pôde comparecer a esta Comissão e me pediu para comunicar a V.Exa. que pode marcar uma nova data para que ele possa dar as informações à Comissão.

Tenho algumas informações que eu vou adiantar. Por exemplo, no dia 30 de dezembro de 2009, tivemos a publicação do aviso de licitação. No dia 17 de março de 2010, houve a sessão pública para apresentação das propostas dos 4 licitantes. No dia 25 de março de 2010, houve a divulgação do resultado da fase de habilitação, declarando 2 licitantes inabilitados, abertura de prazo para apresentação dos recursos administrativos em 5 dias úteis. No dia 6 de abril 2010, houve a abertura de prazo para apresentação de contratações, em 5 dias úteis. No dia 11 de maio de 2010, houve a divulgação da análise dos recursos, manutenção da habilitação dos 4 licitantes, abertura da proposta técnica e início da análise da

[P2] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:2 Taq.:Lelaine Rev.:



referida proposta. O dia 31 de maio de 2010 é a data prevista para divulgar o vencedor.

Informamos ainda que já temos a licença ambiental de instalação para as obras do Estádio Castelão. A carta-consulta da reforma e ampliação, adequação da operação e de manutenção do Estádio Castelão já se encontra em análise no BNDES.

As obras de infraestrutura já estão em negociação com a Caixa Econômica Federal, tendo sido agendada para a próxima segunda-feira, dia 24 de maio, reunião com os membros da Caixa Econômica Federal, na Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará, da qual participarão os Secretários de Infraestrutura das cidades e do Esporte do Estado do Ceará, o Secretário de Infraestrutura do Município de Fortaleza, o órgão de controle ambiental estadual e do Município de Fortaleza e técnicos dos Governos Estadual e Municipais.

Sr. Presidente, trouxe essas poucas informações para que V.Exa. e os Srs. Parlamentares saibam como está o andamento dos trabalhos no Estado do Ceará. Eu vim aqui, na condição de Parlamentar, fazer essa justificativa e tentar ser útil ao dar essas informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Eugênio Rabelo as informações. O Sr. Feitosa certamente estará aqui para dar detalhes dessas informações que V.Exa. nos transmite. O Ceará é uma sede importante da Copa e tem obras de grande relevância, segundo informações adicionais. V.Exa. já está convidado, assim como os demais Deputados do Ceará, para estar aqui na oportunidade.

O SR. DEPUTADO EUGÊNIO RABELO - Sr. Presidente, faço questão de estar presente, porque se trata do meu Estado, e sei da competência desta Subcomissão de Fiscalização dos Recursos da Copa do Mundo 2014, que V.Exa. preside. E sei também do apreço e da capacidade do Secretário Ferruccio Petri Feitosa na organização do evento nessa velocidade. Com certeza o Estado do Ceará será uma das sedes da Copa do Mundo — já está confirmado — e terá um dos primeiros estádios do Brasil, das 12 cidades-sede, a ficar completamente pronto, dentro do prazo previsto. Tenho certeza absoluta disso. Faço parte da Comissão de



Turismo e Desporto, durante esses 4 anos de mandato, na condição de membro titular, e tenho essa preocupação. V.Exa. sabe disso, porque faz parte também da Comissão.

Eu sou desportista e já tive a honra de ser Presidente do Ceará Sporting Club, que tem uma das maiores torcidas do Nordeste. Nós nos envolvemos bastante nisso, e o nosso desejo de sucesso é muito grande.

Por isso, eu estou constantemente fazendo essa cobrança ao Secretário Ferruccio e fiz questão de comparecer a esta Comissão e apresentar essas informações a V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado.

Vamos dar início às apresentações. Eu não sei se o **Dr.** Ricardo Leitão tem apresentação. *(Pausa.)* Não.

[P3] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:3 Taq.:Luciene Fleury Rev.:

Vou passar a palavra ao Sr. Alcidino Bittencourt Pereira, pelo prazo de 20 minutos. Depois o Sr. Ricardo Leitão fará sua apresentação e a Sra. Relatora fará suas perguntas.

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Inicialmente, quero agradecer ao Sr. Deputado Silvio Torres, Presidente desta Subcomissão da Copa de 2014, a atenção que tem dado a Curitiba.

Quero dizer para a Sra. Relatora que minha exposição será bastante breve. Sei que S.Exa. tem um compromisso às 11h. Certamente não será a minha exposição a causa do seu atraso. Pretendo, no máximo, em 10 minutos, posicionar o andamento das obras na Região Metropolitana de Curitiba.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, região com 3,3 milhões de habitantes, acredita que a maior parte das propostas precisaria de um pequeno esclarecimento, a fim de se entender a sua importância para os eventos da Copa, assim como os projetos de estruturação da região. Portanto, há uma preocupação, que também é do Governo Federal, de não construirmos elefantes brancos. É relevante a preocupação com o legado das obras que são objeto dos nossos esforços.



A Região Metropolitana de Curitiba tem uma das maiores taxas de desenvolvimento socioeconômico do País. Os problemas atuais são consequência do processo de reestruturação da economia nas décadas de 60 e de 70: a ocupação informal de áreas nos municípios conurbados imediatamente próximos, vizinhos da Capital, e o adensamento ao longo das vias de importância regional.

Curitiba situa-se entre grandes polos de desenvolvimento — São Paulo, Rio de Janeiro, Região Sul e MERCOSUL —, as zonas de produção agrícola e o Porto de Paranaguá. É uma posição estratégica, o que tem atraído não apenas grandes investimentos, mas também a população excedente na produção agrícola do Estado.

Essa ocupação anárquica nos municípios vizinhos de Curitiba, os quais, por falta de recursos técnicos e financeiros, não tinham como disciplinar essa ocupação, dá-se essencialmente ao longo dessas vias, nas imediações do município-polo. Com o crescimento do perímetro urbano criam-se condições de embaraço, de restrições, de limitações à mobilidade urbana.

Hoje estamos confrontados com a necessidade de grandes investimentos que reestruturem a região fora do Município de Curitiba, para resolver os problemas dos congestionamentos nas vias centrais da Capital.

Vou abordar rapidamente os projetos que estamos propondo e que visam à solução dos problemas que acabei de mencionar.

Temos uma autorização para a programação de projetos no valor de 229 milhões e 500 mil reais, mais a contrapartida de 5% do Estado.

Esses recursos serão divididos e contemplarão, por exemplo, o corredor aeroporto-rodoviária — o aeroporto tem uma demanda de 4 milhões de passageiros por ano, com previsão de 6 milhões nos próximos 5 anos —; o Sistema Integrado de Monitoramento, que procura fazer a atualização do controle de tráfego já existente, o sistema de semáforo em Curitiba, e a extensão para as áreas de acesso a Curitiba, o que visa aumentar a fluidez do tráfego de transporte coletivo e de veículos, sobretudo nas entradas do Município de Curitiba; a requalificação do corredor da Avenida Marechal Floriano, que é uma continuação do corredor que está sendo desenvolvido pela Prefeitura de Curitiba, dentro dos limites do Município; as vias de integração metropolitanas, que procuram aliviar o congestionamento das vias radiais

[P4] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:4 Taq.:Luciene Fleury Rev.:



interregionais, ligando-as entre elas — estamos procurando otimizar o sistema atual e eliminar os gargalos de estrangulamento —; e, finalmente, o maior projeto, o corredor metropolitano, que é uma requalificação de algumas vias existentes e implantação de novas vias. Depois vou dar detalhes e características desses projetos, se necessário.

Em suma, esse é o montante de recursos. Estamos empenhados em licitá-los, mas ainda não temos a assinatura do contrato, o que depende da análise da STN, do Ministério da Fazenda, para que possamos, então, publicar os editais de licitação e iniciar o processo licitatório dos projetos que estão prontos.

Essa é uma visão de conjunto. Esse é o corredor metropolitano, o maior projeto, que procura aliviar o carregamento das vias centrais, fazer os deslocamentos dos municípios ao norte de Curitiba para as regiões industrializadas de Araucária e Almirante Tamandaré.

Procuramos atuar no sentido de criar alternativas de mobilidade para aqueles que hoje contribuem para o congestionamento das vias centrais com esse tipo de alternativa: transporte interregional, inclusive; transporte de passageiros; e para atender ao movimento pendular trabalho-escola, o movimento mais importante.

Esses são os projetos de vias radiais.

O projeto de corredor metropolitano tem 60 quilômetros, uma caixa de 33 metros, com a previsão de uma pista de rolamento para o transporte coletivo. E temos uma preocupação com essas áreas de preservação ambiental.

Poderia também dizer que esses projetos já estão equacionados tecnicamente. Foram elaborados e aguardam a assinatura do contrato com o Governo Federal, com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica, que é o agente financeiro.

Essas são as vias radiais, que procuram vincular ou descongestionar corredores sobrecarregados. Procuramos atuar exatamente onde há necessidade de, com recursos menores, aumentar a fluidez do transporte.

Da maneira mais rápida possível, sem dar muitos detalhes, era o que eu tinha a dizer. Coloco-me à disposição dos senhores.

Temos cumprido o cronograma estabelecido pelo Governo Federal. Da nossa parte não está havendo atraso algum. E o estádio está em obras. Faltam 30% das

[P5] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:5 Taq.:Luciene Motta Rev.:



obras previstas, de acordo com o caderno de encargos da FIFA. E isso é objeto de discussões, de coordenação, de articulação para que possamos envolver segmentos da iniciativa privada na tomada, inclusive, de financiamentos do BNDES.

Nos demais projetos da mobilidade e da responsabilidade do Estado e da Prefeitura, o que extrapolar a esses 229 milhões de reais será de responsabilidade desses entes.

Nesses termos, temos que nos ater a pequenas adequações havidas desde que apresentamos as cartas-consultas em tempo hábil.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Sr. Alcidino. Certamente, teremos algumas perguntas a serem feitas para esclarecer melhor.

Agora, vamos dar a palavra ao Sr. Ricardo Leitão, para que faça a sua exposição. S.Sa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. RICARDO LEITÃO - Bom dia, Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão; Deputada Rebecca Garcia, Relatora; senhoras e senhores presentes.

Inicialmente, quero agradecer, em nome do Governo de Pernambuco, a oportunidade de expor na Câmara dos Deputados a situação do projeto e as dificuldades eventuais que estão ocorrendo até este momento.

A modelagem da execução do projeto em Pernambuco é uma parceria público-privada. Não é um projeto do Governo do Estado nem da Prefeitura do Recife. É um projeto que está sendo tocado com base na legislação estadual de parceria público-privada. Isso prevê contrapartidas, direitos e deveres do setor público e do setor privado.

O Estado já tem uma legislação que executa 2 projetos de parceria público-privada: um projeto rodoviário e um projeto para gestão de presídios. Sendo um dos primeiros Estados a ter esse tipo de trabalho, do ponto de vista administrativo, decidimos estender essa modelagem para a área do projeto da Copa do Mundo.

A licitação foi concorrida, e o resultado, homologado e adjudicado, no dia 15 de maio passado, com atraso de 45 dias em relação ao cronograma original, por conta de exigências do Ministério Público Federal quanto ao edital, que estava em



audiência pública. Passou o prazo de audiência pública, o Ministério Público Federal não se manifestou nesse período, mas após a audiência pública exigiu a retirada e a alteração de 2 cláusulas. Isso forçou a comissão de licitação a reabrir o prazo e, consequentemente, perdemos 45 dias no nosso cronograma.

Vinte e oito licitantes participaram da disputa, que foi vencida por um consórcio liderado pela construtora Norberto Odebrecht, associada a um grupo internacional de operação de arenas multiuso chamado International Stadia Group — ISG. É um grupo sediado na Europa e que opera estádios sediados na Inglaterra, nos Estados Unidos, entre eles o Estádio de Wembley e outros do mesmo porte.

O custo do projeto é de 464 milhões de reais, recursos que vão ser tomados pelo empreendedor privado junto ao BNDES. Ele aporta 25% de recursos próprios e toma emprestado 75% de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A contrapartida do Governo do Estado é a cessão do terreno onde será construída a arena — é uma arena nova, não é uma reforma — e a garantia de um mínimo de economicidade na operação. Isso significa, a custos correntes, que neste momento o Governo teria que aportar 4 milhões de reais por ano para assegurar o equilíbrio financeiro da operação da arena.

A licitação deu direito ao vencedor não só de construir a arena, mas também de operá-la por um prazo de 30 anos. Nesse período, o consórcio privado será o único responsável pela viabilidade econômica da arena e pela garantia dos conteúdos que serão ofertados ao público ali.

O conteúdo não será exclusivamente esportivo. Por exemplo, eles estão negociando com os clubes de futebol de Pernambuco — há 3 grandes clubes lá: o Sport, o Náutico e o Santa Cruz — para cada um deles levar 20 jogos por ano para a arena. Eles querem ter outras datas disponíveis para *shows* musicais, eventos culturais, eventos religiosos. Há uma concepção, realmente, de múltipla utilização do espaço. São 45 mil assentos cobertos, uma concepção arquitetônica feita dentro dos padrões do caderno de encargos da FIFA.

Há 2 dias, a missão da FIFA passou pelo Recife — a vistoria começou pelo Nordeste —, e acertamos um prazo para a conclusão dos trabalhos. Acertamos um prazo de 30 meses para entregar a arena em plena operação, contados a partir de julho de 2010, com a conclusão do trabalho em 31 de dezembro de 2013. Esse é o

[P6] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:6 Taq.:Luciene Motta Rev.:



prazo fixado no caderno de encargos para as cidades que queiram se habilitar na disputa para sediar a Copa das Confederações, que vai ocorrer em 2013. Ou melhor, a conclusão será em 31 de dezembro de 2012. Desculpe-me. (*Risos.*)

Então, quem concluir até 2012 se habilita a disputar a indicação para sediar a Copa das Confederações, que antecede em 1 ano a Copa do Mundo.

Esse prazo de 30 meses é mais do que suficiente para que as obras sejam concluídas sem dificuldades. A avaliação dos engenheiros do consórcio é de que, em 24 meses, os trabalhos da arena sejam concluídos.

É uma obra bonita do ponto de vista arquitetônico, mas simples na sua concepção. Vai-se trabalhar com estruturas moduladas e armações de aço, que são fáceis de serem trabalhadas. O terreno está desocupado, tem 270 hectares, dos quais 50 hectares estão reservados para a arena e para os equipamentos periféricos à arena — estacionamentos, área de *broadcasting*, área de *fan fest*, área de feiras. Nos 220 hectares restantes, será implantado um projeto habitacional com 9 mil unidades habitacionais, cuja implantação será de responsabilidade do consórcio vencedor da licitação para construção da arena.

O resultado da venda dessas unidades habitacionais vai ser apropriado exclusivamente pelo consórcio que construirá as casas, os apartamentos. E essa operação ajuda a equilibrar a economicidade da operação da PPP da Arena. No caso da arena, como a PPP é específica para ela, passado o prazo de concessão de 30 anos, a arena será incorporada ao patrimônio do Governo de Pernambuco. Até lá, o Governo que estiver no poder decide se quer gerenciar diretamente essa arena ou se fará uma nova concessão para selecionar um grupo para cuidar do gerenciamento.

Em relação ao cronograma é isto: são esses 30 meses.

Em relação às obras vinculadas à Copa, a situação é muito distinta. Temos lá obras já em execução — obras viárias —, temos obras em licitação e obras ainda em planejamento.

Entre as obras em execução estão obras grandes, como, por exemplo, a ampliação do Aeroporto do Recife, um aeroporto novo, inaugurado há 5 anos e que já tem capacidade atualmente para operar 5 milhões de passageiros por ano e está tendo sua capacidade ampliada para 7 milhões de passageiros por ano. Com 5



milhões a FIFA já o tinha aprovado para as demandas previstas da Copa; com 7 milhões, vamos ficar com uma folga grande em relação a esse importante componente de infraestrutura do evento. Dentro da pontuação, o Aeroporto recebeu a maior pontuação que Recife obteve.

Está em obras também o terminal de passageiros do Porto do Recife, porque estamos contando com a possibilidade de usar transatlânticos para hospedagem durante a Copa. Por quê? Porque a rede hoteleira do Recife recebeu a nossa menor pontuação. Em Pernambuco, construiu-se muito hotel, nos últimos anos, mas no litoral sul, na área de Porto de Galinhas, que vive uma expansão turística muito grande. Mas no Recife, especificamente, na região metropolitana, o último grande hotel foi construído há 10 anos. Então, isso cria uma carência muito grande na rede hoteleira próxima à arena. E a pontuação da FIFA, como os senhores sabem, para a questão de leito de hotéis, diminui à medida que o leito se distancia do local dos jogos. Então, até incorporamos na nossa pontuação os leitos de Porto de Galinhas, mas a pontuação se reduz, porque Porto de Galinhas está a 80 quilômetros do local da arena.

Outras obras como a duplicação da BR-408, que passa ao lado do terreno, já está em execução. Obras do corredor norte-sul, que corta a região metropolitana no sentido norte-sul, já tem trecho em execução. O corredor leste-oeste, que cruza no sentido inverso, também tem trechos em execução.

Esses grandes cruzamentos metropolitanos são importantes para o projeto por conta de uma situação excepcional da localização da arena.

O projeto de Pernambuco não é um projeto de nenhuma cidade. Quem coordenou o projeto e encaminhou para a FIFA foi o Governo do Estado, evidentemente, com a aprovação das cidades. Porque quisemos defender um conceito de um projeto metropolitano, usar a arena como um indutor de reordenamento metropolitano.

A Região Metropolitana do Recife se estende ao longo do litoral, tem concentração populacional forte no norte, concentração populacional forte no sul, polarizada pela área de Suape, e a área histórica, no centro. A leste fica o mar, e a oeste, um relativo vazio populacional, onde o Governo do Estado tem muitos terrenos. E a região é cortada por um sistema viário razoável.

[P7] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:7 Taq.:Paulo Silva Rev.:



Então se decidiu, na concepção do projeto, a partir de uma orientação técnica debatida pelas Fundações de Desenvolvimento Metropolitano, localizar a arena a oeste, para que a arena e esses projetos imobiliários se transformassem em indutores do crescimento metropolitano e da atração de investimentos para o lado oeste da região metropolitana. Foi uma concepção que se baseou nos Planos Diretores do Estado e dos Municípios da região metropolitana.

É uma concepção semelhante à que foi adotada pela Arena da Amsterdã, do Ajax. Em Amsterdã, ela ocupou exatamente uma área desocupada, pouco valorizada, ocupada por favelas, e hoje em dia a Arena Amsterdã transformou-se no segundo maior polo turístico de Amsterdã, depois do Museu Van Gogh. E na área que ela ocupa há um grande polo de *shoppings*, cinemas e escritórios comerciais. A nossa intenção é fazer isso na região oeste metropolitana, a partir da indução que a arena e a cidade da Copa provavelmente vão gerar.

As negociações com o Governo Federal para financiamentos caminham bem. Nós já tivemos reuniões com os Ministérios do Esporte e das Cidades em relação aos projetos viários.

O Governo do Estado já contratou e está em vias de contratar projetos que somam cerca de 2 bilhões de reais para obras viárias e obras de mobilidade.

Falta negociar com o Governo Federal a parte de turismo, a parte de segurança e a parte de telecomunicações. São áreas sobre as quais o Governo Federal está pretendendo dar uma atenção especial. Agora, as reuniões estão sendo feitas a partir da convocação dos Ministérios. Estamos elaborando os projetos. À medida que as coisas ficarem prontas, teremos condições de fazer essas negociações. São financiamentos, não são recursos a fundo perdido. E todas essas obras viárias serão financiadas pela Caixa Econômica Federal.

De uma maneira geral, malgrado esse episódio do atraso provocado pela interferência do Ministério Público Federal, os nossos cronogramas estão totalmente compatíveis com o cronograma da FIFA. A missão técnica reconheceu isso durante a reunião e vai encaminhar um relatório, uma ata técnica da reunião, informando exatamente que não há, a princípio, nenhuma dificuldade em relação ao projeto de Pernambuco.

[P8] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:8 Taq.:Paulo Silva Rev.:



Acredito que o Grupo Odebrecht não terá problemas para assegurar garantias para retirar o empréstimo junto ao BNDES. É um grupo que opera rotineiramente com o BNDES, tem capacidade técnica para executar a obra dentro dos parâmetros. E as outras obras federais, como é o caso do aeroporto, dependem também da capacidade de investimento, de produção e de coordenação do Governo do Estado.

Não temos, em Pernambuco, uma Secretaria da Copa. O Governador Eduardo Campos optou por criar um Comitê da Copa do Mundo, no qual estão presentes cerca de 20 órgãos do Estado que têm relação com o projeto da Copa, em algum nível; 2 Prefeituras Metropolitanas, a do próprio Recife e a de São Lourenço da Mata, em cujo território vai-se construir a arena — a arena não será construída no Recife, e sim em São Lourenço da Mata, numa área limite com Recife —; e mais órgãos federais que têm relação com o projeto da Copa no Estado, como a CBTU, a INFRAERO, a Polícia Federal, o IBAMA, etc.

O pleno do comitê se reúne a cada mês, e a cada semana uma comissão executiva se reúne para acompanhar as obras.

As obras são monitoradas por um sistema que nós temos e que acompanha a gestão toda e analisa em tempo real o andamento dos projetos.

No momento, nós temos em execução 72 projetos relacionados com a Copa do Mundo, em todos os níveis: no de execução de obras viárias e no de elaboração de planos para serviços, na área de segurança, de bombeiros, de turismo. São 72 ações relacionadas com a Copa do Mundo.

Esse Comitê vai crescer à medida que o projeto for avançando. Certamente, em algum momento vai ter que ser subdividido, seguindo a subdivisão que foi criada para o Comitê Federal, que é coordenado pelo Ministério do Esporte. Mas o trabalho anda bem. Não há problema algum.

Não temos problemas políticos com as Prefeituras. Algumas cidades estão enfrentando dificuldades no relacionamento político entre Estado e Prefeitura para tocar os projetos. No Recife nós não temos essa dificuldade. O Prefeito é aliado do Governador e vice-versa. O trabalho é feito sem qualquer dificuldade, sem qualquer crise de paternidade. A Prefeitura está incorporada intensamente ao trabalho.

Não vejo problemas maiores para que seja alcançado o cronograma, a não ser que haja dificuldade na liberação de recursos por parte do BNDES. Mas a



informação que nós temos é de que o Ministério da Fazenda exigiu que essas coisas corresse num rito mais agilizado.

O mesmo acontece com as Licenças Ambientais. O Ministério do Meio Ambiente convocou as agências estaduais para exigir delas também aceleração nos ritos das liberações. A PPP tem uma vantagem, porque as liberações ambientais para PPPs são simplificadas. É um efeito da legislação.

A arena já está com a licença prévia concedida. Vai-se buscar agora a licença de instalação, que deve sair no mês de junho.

As coisas estão na rotina. Não sei com base em que avaliação houve o comentário feito pela FIFA, no sentido de que as arenas estavam com o cronograma comprometido. Mas acredito que, agora, com a missão técnica visitando cidade a cidade e conhecendo a realidade de cada cidade, eles terão um diagnóstico mais preciso em relação à situação.

O que falta considerar também — esse é um comentário de ordem geral — é que a realidade de cada cidade é muito distinta. Por exemplo, as 4 cidades nordestinas que serão subsedes — Salvador, Recife, Natal e Fortaleza — estão trabalhando com projetos com modelagem de parceria público-privada. Então, a lei é uma, o cronograma é outro, são diferentes. Há cidades que vão fazer obras públicas, de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993, como é o caso do Rio de Janeiro, se eu não me engano, e o de Manaus. E há um terceiro grupo que vai fazer como investimento privado, que depende de garantias, de associações com empresários para viabilizar seus projetos.

Então, há cidades que nem sequer ainda abriram licitação. Há outras que já começaram a demolir os seus estádios, mas não sabem onde vão jogar os destroços.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Brasília?

O SR. RICARDO LEITÃO - Brasília, Salvador... A informação que nós temos é que Salvador vai gastar entre 85 e 100 milhões de reais para demolir o Fonte Nova e jogar os entulhos a 50 quilômetros de Salvador, por exigência do Ministério Público Estadual. Há trechos do Fonte Nova que só podem ser demolidos com explosão. O Fonte Nova fica no meio de um sítio histórico. Os prédios de lá vão aguentar a explosão? O que o IPHAN vai dizer quando começarem a explodir o Fonte Nova?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não implodiram até agora por causa disso. Estiveram aqui.

O SR. RICARDO LEITÃO - Exatamente. Há componentes aí que não são só as cidades responsáveis por eventuais atrasos. Há também uma série de agentes que estão interferindo nisso, com toda justiça, com todo direito, que podem levar a provocar alterações no cronograma.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Sr. Presidente, eu gostaria de me desculpar, porque infelizmente eu estou no meu prazo do prazo, senão eu vou perder o avião. Para Manaus nós não temos muitas opções, assim eu perderia o evento que eu tenho em Manaus às 16h.

Gostaria só de confirmar se, em relação à parte do Recife, terminou a apresentação e de agradecer a presença aos senhores. Quero falar ainda que eu tenho uma série de perguntas que eu vou encaminhar aos senhores e, se puderem me responder por escrito, contribuiriam muito com a organização do nosso pensamento na hora de fazer o relatório.

Quero também desculpar-me mais uma vez com o Presidente da Comissão, Deputado Silvio Torres. Acredito que S.Exa. tenha algumas perguntas para fazer também. A minha equipe vai ficar aqui em plenário para anotar tudo e depois me passar. Está certo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O.k., Deputada, boa viagem.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Dr. Ricardo, o senhor terminou? Ainda há tempo. Se quiser, pode falar mais.

O SR. RICARDO LEITÃO - Se for para falar sobre a Copa, podemos ficar aqui a manhã inteira. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - É que eu vou fazer, também, alguns comentários.

O SR. RICARDO LEITÃO - As observações gerais foram essas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O senhor vai poder também explicar outras questões.

Tenho algumas observações a fazer. Vou começar por Curitiba, que é uma cidade considerada modelo em termos de urbanização. Todos nós imaginávamos



que fosse uma das cidades mais prontas, digamos assim, para sediar a Copa, em termos da mobilidade urbana. O total de gastos previstos, em termos de mobilidade urbana, em Curitiba, segundo as informações que vieram do Ministério das Cidades para nós, é de 446 milhões de reais, com a inclusão de todas as obras previstas. Segundo essa mesma informação, o município gastaria 11 milhões, e a Caixa emprestaria — o município vai gastar obviamente — 434,9 milhões.

O senhor pode anotar as perguntas que eu irei fazer e depois responder, ou, se quiser, pode responder diretamente. Não sei qual seria a melhor maneira.

Pelas informações que temos, também em Curitiba, a Prefeitura Municipal banca praticamente todas as obras. Quero saber se o senhor confirmaria isso e se o Governo Estadual está participando de alguma maneira, talvez com garantias, ou quem está dando as garantias para poder pegar o empréstimo na Caixa. A carta-consulta já está na Caixa, o projeto já está na Caixa? Qual é a previsão das obras atualizadas? Porque existem, pelo cronograma, várias obras que já deveriam ter sido iniciadas e há outras que estão para se iniciar. Em relação às obras de mobilidade urbana, o senhor também tem tranquilidade de que serão feitas no tempo certo?

Uma outra pergunta que gostaria de fazer: no caso do estádio, que se trata de uma questão privada, basicamente, que é o Arena da Baixada, o presidente do clube, quando esteve aqui, ano passado, falando sobre seus projetos, disse que, em hipótese alguma, endividaria o clube. Disse que o clube dele estava saneado, que era um clube privado e que ele não tinha o direito de onerar os sócios do clube porque a Copa era a Copa do Paraná. Então ele não colocaria nenhum recurso.

Eu quero saber, se o senhor pudesse informar, qual é a modelagem dos gastos que vão ter de ser feitos, porque obviamente vão ter que ser feitas algumas coisas para atender as exigências da FIFA. A Prefeitura Municipal ou o Governo Estadual vão dar algum recurso para o Arena?

Outra questão. Como disse antes, Curitiba é um Estado que já tem, digamos assim, um maior prestígio no que se refere à urbanização. Está se pensando em enquadrar as obras da Copa na ideia da Copa Verde? Isso está sendo pensado para o estádio ou para as obras em geral sobre mobilidade urbana? Esse tema está na pauta da Copa?

[P9] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:10 Taq.:Paulo Silva Rev.:



Outra questão também — e isso já é responsabilidade do Governo Federal — é sobre o Aeroporto de Curitiba. Temos a previsão, dados fornecidos pela INFRAERO, de que agora em abril seria feita a ampliação do pátio de táxi e do terminal de passageiros. Uma previsão de gastos de 48,4 milhões. Nenhuma das duas obras ainda foram iniciadas, apesar de os prazos já terem sido ultrapassados, eu imagino. É só isso mesmo que demanda o Aeroporto de Curitiba para atender à Copa?

Gostaria que o senhor falasse também sobre a situação do parque hoteleiro, da segurança, de saneamento, de saúde. O senhor, muito gentilmente, quis abreviar sua exposição, por conta da viagem da Deputada, e acho que deixou de abordar esse assunto.

Então, deixo essas questões e vou agora fazer as minhas indagações também ao Sr. Ricardo Leitão. Algumas delas talvez até sirvam para Curitiba.

Quanto a essa modelagem de PPP... O senhor estava falando de Salvador, que também está fazendo uma PPP e, por coincidência, é a mesma empresa. Lá é um Consórcio Odebrecht/OAS.

O SR. RICARDO LEITÃO - É. Outro Consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - É o Consórcio Odebrecht/OAS. Mas é a mesma empresa. A Odebrecht está participando das duas. Só que em Salvador é diferente a PPP. É diferente porque o Governo Estadual e Municipal têm uma participação posterior à Copa: ele vai ser meio que corresponsável pelas despesas e pela administração. Aliás, esse é o modelo, por exemplo, do estádio de Frankfurt, que eu conheci. Era um estádio também meio municipal e meio de clube.

Não sei se o senhor falou e eu não percebi, mas quero saber se o Governo Estadual de Pernambuco vai ter algum compromisso de manutenção posterior à Copa? Ele vai também **participar**? Ele **tem** alguma obrigação posterior, ou ele só entrega? Essa ideia, esse plano de fazer conjuntos habitacionais já seria uma forma de remuneração? Esse plano, que foi feito pelo... É o Consórcio Odebrecht mais quem? É só Odebrecht?

O SR. RICARDO LEITÃO - É a Construtora Norberto Odebrecht, a Norberto Odebrecht Imobiliária, a empresa nova do grupo, e a ISG. São 3 empresas.

[P10] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:11 Taq.:Maria Moraes Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - São 3 empresas no mesmo projeto?

O SR. RICARDO LEITÃO - No mesmo consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - No mesmo consórcio. Mas o custo do estádio o senhor disse que são 464 milhões, mas, pelas nossas informações, são 529 milhões.

O SR. RICARDO LEITÃO - Nós estamos aplicando sobre o valor inicial as deduções fiscais, já asseguradas pelo Governo do Estado e pelos Municípios. Então já houve redução do preço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Essa era uma pergunta que eu iria fazer depois, sobre qual é o montante de renúncia fiscal.

O SR. RICARDO LEITÃO - Já há legislação aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Então é a diferença entre 529 e 464 milhões.

O SR. RICARDO LEITÃO - Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O projeto todo custa 529 milhões do estádio. Agora, a PPP inclui também essa questão da imobiliária.

O SR. RICARDO LEITÃO - Não inclui. A PPP é exclusivamente em relação ao estádio, a construção e a concessão da gestão por 30 anos. A licitação envolveu as duas unidades em negócio. O Arena e o projeto habitacional. O projeto habitacional entra para que o resultado da operação do projeto seja incorporado exclusivamente pelo consórcio, e uma parte desse lucro seja usada para deduzir da contrapartida pecuniária que o Governo do Estado é obrigado a dar numa PPP. A PPP tem uma média de economicidade. Então, se o operador privado não atingir essa média, o parceiro público fica obrigado a complementar pecuniariamente para que essa média seja obtida. Para que o Estado de Pernambuco não seja obrigado a dar uma complementação alta, fica contado, no cálculo da operação, o resultado positivo do projeto habitacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - E quanto é esse resultado?

O SR. RICARDO LEITÃO - É uma estimativa inicial de 30 milhões de resultado líquido na operação do projeto habitacional, que vai ser deduzida da dívida que o Estado teria nas contrapartidas pecuniárias.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Então, nós podemos dizer que a contribuição do Estado foram 36 milhões, mais 29 da renúncia fiscal, o que dá uns 55, 65, é isso? E teve essa contrapartida de 30 milhões, em que ele acabou sendo... Ele meio que entregou o terreno por conta disso.

O SR. RICARDO LEITÃO - Para desenvolver o projeto habitacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Governo do Estado não deu nenhuma garantia, porque o consórcio está assumindo todas as garantias perante o BNDES. Não há nenhuma garantia extra.

O SR. RICARDO LEITÃO - Não. As garantias para tomada de empréstimo ao BNDES são as garantias corporativas do empreendedor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O senhor falou também nas obras do porto. Elas já foram efetivamente iniciadas? Elas estão sendo feitas por conta da Copa, ou por conta do movimento turístico normal que já há hoje em toda costa brasileira e das deficiências que há nos portos para atender essas demandas.

O SR. RICARDO LEITÃO - O que está ocorrendo em Pernambuco eu acredito que é o que está ocorrendo também em outras cidades que foram escolhidas para subsede. Essas obras todas são necessárias para o desenvolvimento do Estado e da região metropolitana. As obras já estavam nos planos diretores municipais e estaduais. O que a Copa fez foi antecipar esses investimentos. Pelas das exigências da FIFA, pela previsão do número de turistas e pela movimentação de pessoas na área metropolitana, os Estados viram a oportunidade de requerer ao Governo Federal a realização dessas obras, motivados pela realização da Copa do Mundo.

[p11] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:12 Taq.:Waldeciria Rev.:

O projeto do terminal de passageiros no porto do Recife é antigo, mas foi estimulado a ser executado quando se constatou a carência na rede hoteleira metropolitana, e a alternativa que se tem é trabalhar com navios. Um navio de médio porte pode hospedar, durante a Copa, de 2 mil a 3 mil passageiros. Como os jogos não são sequenciais, um dia atrás do outro, há um intervalo de 48 a 72 horas entre eles, o navio chega, a pessoa vê o jogo, dorme no navio e no intervalo entre os jogos vai visitar Fernando de Noronha, ou vai a Natal, ou a Maceió, volta e vê outro jogo. Junta-se o turismo com a Copa, um casamento muito viável nas cidades nordestinas. As 4 cidades do Nordeste inseridas no roteiro dos jogos da Copa são



turísticas, com larga experiência em receber turistas. No Carnaval, Pernambuco recebe 400 mil turistas.

A junção do turismo com Copa do Mundo em Salvador, que tem vocação consagrada para o turismo, Recife, *idem*, Natal e Fortaleza, é muito boa. Como também é muito fácil fazer turnês de bandas e *shows* artísticos nessas 4 arenas, na sequência das cidades nordestinas.

Esse pessoal que opera os estádios na Europa, ISG, Amsterdã Arena, Lusa Arena, opera estádios e bandas de *rock*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Certo. Mas façamos uma observação: o poder aquisitivo do europeu é bem maior. A questão da sustentabilidade é um pouco mais complicada.

O SR. RICARDO LEITÃO - Não é assim, não. Faz-se a turnê. O Iron Maiden tocou no Recife no mês passado e não tinha onde se apresentar. Tiveram que adaptar o Jockey Club para receber um *show* que atraiu gente de todo o Nordeste. Se Recife tivesse uma arena com 46 mil lugares, concebida arquitetonicamente para receber *shows* desse porte, não haveria problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Em relação à rede hoteleira, qual o déficit de Recife?

O SR. RICARDO LEITÃO - É de 14 mil leitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Qual a previsão de construção? O problema do setor hoteleiro é que eles também se preocupam com o fato de ficarem com leitos ociosos.

O SR. RICARDO LEITÃO - O déficit é de 14 mil leitos em relação à demanda da Copa. Uma demanda estimada, porque ainda não sabemos quem vai jogar em cada cidade. Por exemplo, se Portugal for jogar no Recife, que é a nossa grande torcida, Recife está mais perto de Lisboa do que Porto Alegre. Há voos diários de Recife para Lisboa. Em 7,5 horas se chega a Lisboa. No voo noturno, a pessoa vai descansando e acorda em Lisboa. Há uma colônia portuguesa enorme no Recife. São pessoas com alto poder econômico, fortes empresários. Se Portugal jogar no Recife, a demanda será maior do que se lá for jogar, por exemplo, Senegal. Sem demérito à seleção de Senegal e aos turistas senegaleses.



A situação dependerá muito de como será o arranjo das seleções. Agora, a FIFA estima que pode ter em cada cidade-sede de 40 mil a 50 mil turistas. Com a rede hoteleira atual, considerando essa demanda, há um déficit de 14 mil leitos.

Pernambuco hoje em dia é um polo de turismo de serviços. Além da parte cultural e de lazer, há muitas reuniões de serviço, pela própria localização da cidade, que fica no centro do Nordeste, com facilidade de conexões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - E os investimentos do Governo, agora, em refinarias, porto.

O SR. RICARDO LEITÃO - Essa questão foi tão crucial para nós que pedimos à FIFA para considerar como alternativa de hospedagem João Pessoa e Maceió, que ficam mais ou menos a 120 quilômetros de Recife. A BR-101 está sendo duplicada. Então, em 2014 a viagem levará 1 hora e meia. Na Alemanha as seleções ficaram em distâncias maiores que essas e não houve problema algum. Tem de haver estrutura para garantir segurança, transporte, conforto para as seleções e os turistas. Alternativas, há. Agora, o déficit existe — e ele tem que ser enfrentado.

[p12] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:13 Taq.:Waldeciria Rev.:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O investidor privado está interessado em investir?

O SR. RICARDO LEITÃO - Está. Já contamos com 7 projetos de novos hotéis registrados na Secretaria de Turismo do Estado. Não são hotéis de alto nível, luxuosos, mas de padrão econômico, para porte de torcedor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - A respeito dos navios, também realizamos audiência pública com o pessoal da ABREMAR, que aqui veio falar sobre sua disposição de contribuir. Mas ficou muito claro para nós que é muito limitada essa disposição. Exatamente na alta temporada no Hemisfério Norte, quando os navios estão em franca operação, estes teriam de se deslocar para o Brasil e operar com uma logística muito mais complicada, além das deficiências dos portos, que podem não ser resolvidas a tempo.

É por isso que, quando se fala em suprir a demanda por navios, fica essa dúvida.

O SR. RICARDO LEITÃO - Não é suprir. Na hipótese de alguém querer encostar o navio no porto de Recife com 3 mil pessoas a fim de assistir a jogos da



Copa, temos que garantir o terminal. Se não houver um terminal, como se vai cogitar de trazer um navio? Temos que fazer a nossa parte: oferecer terminal. Agora, se vão ou não encostar o navio, é outra coisa; isso vai contar com avaliação do mercado turístico sobre uma composição que envolva a Copa e viagens de cabotagem no Nordeste. Agora, temos de oferecer um terminal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - A FIFA considera adequada essa solução?

O SR. RICARDO LEITÃO - A FIFA a considera uma alternativa. O que ela quer mesmo é hotéis. Em setembro do ano passado, a FIFA foi reservar os hotéis no Recife. Eles trabalham com muita antecipação. Tudo é terceirizado. Contratarem uma empresa inglesa chamada Match, que percorreu a cidade em setembro e outubro do ano passado, a fim de contratar os leitos para 2014. Eles chegaram lá e não conseguiram. Foi quando identificaram que o problema era muito maior do que se pensava.

Não é algo impeditivo. Não é por isso que vamos deixar de fazer uma grande Copa. Mas esse é um fator limitante. E foi a menor pontuação nossa. Assim como a do aeroporto foi a maior, a menor foi em oferta de leitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - A segurança foi bem pontuada?

O SR. RICARDO LEITÃO - Para nossa surpresa, ela não foi considerada o fator de maior risco em Pernambuco. A violência em Pernambuco é um problema sério, como ela é séria no Rio de Janeiro, em Vitória do Espírito Santo e outras cidades. Não temos lá uma situação semelhante à do Rio, onde o crime é controlado por grandes quadrilhas, apoiadas em comunidades fechadas. Lá, o crime está vinculado ao tráfico de drogas, mas não no esquema de vinculação do tráfico com traficantes internacionais. O Governador evidentemente sabe disso e estabeleceu como meta para essa área de segurança a redução anual de 12% no número de homicídios em Pernambuco.

Criou-se um grande programa chamado Pacto pela Vida, que envolve ações de prevenção e repressão, com a participação de todos que mexem com esse setor no Estado. Isso envolve Polícia Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça etc. Esse grupo se reúne semanalmente para acompanhar a evolução dos



índices de violência em 72 territórios, como foi dividido o Estado de Pernambuco. Para cada território desses há uma atuação conjunta das Polícias Civil e Militar, o que não existia antes, quando cada um trabalhava para seu lado. Agora, o delegado de território e o comandante do batalhão de território são obrigados a prestar contas semanalmente da evolução dos índices de violência. Isso em relação aos crimes mais perigosos: homicídio, sequestro, roubo de banco, estupro, crimes hediondos.

De vez em quando, o Governador participa dessa reunião de balanço.

Nós começamos isso em março de 2007. Nos 3 primeiros meses, não alcançamos a redução de 12%, mas a partir do quarto mês começamos a alcançar. E estamos mantendo essa redução, de forma cumulativa, porque a partir do segundo mês já são 12% menos, ou seja, uma base reduzida em 12%, comparativamente ao mês anterior. No entanto, o número de homicídios ainda é enorme!

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - São quantos?

O SR. RICARDO LEITÃO - Pernambuco fechou o ano de 2009 com mais de 3.500 homicídios.

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Quantos por cada 100 mil habitantes?

O SR. RICARDO LEITÃO - Estava em torno de 50 por 100 mil; agora está em por volta de 41 por 100 mil. É ainda um número alto, um número de guerra civil. Pior do que isso, são os homicídios concentrados em adultos jovens, em pessoas pobres na faixa dos 15 aos 26 anos, sendo que 90% deles estão relacionados com o tráfico de drogas. Agora é o *crack*; antes era a maconha.

Pernambuco, infelizmente, na área do São Francisco, é grande produtor de maconha irrigada, ou seja, cultivada com o uso de tecnologia de irrigação. As sementes chegam da Colômbia, são plantadas no meio da caatinga e irrigadas. Com isso, produz-se maconha a curto prazo, porque rapidamente ela chega à fase de floração. A plantação é baixinha; não crescem aquelas árvores grandes. A plantação é frondosa, é verdinha, e num instante amadurece.

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Quantas safras?

O SR. RICARDO LEITÃO - Com irrigação, dá quantas safras forem necessárias.



A maconha produzida sai daquele pólo central do Nordeste e vai para o Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro...

Agora, na área metropolitana, existe o *crack*.

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Que é um problema nacional.

O SR. RICARDO LEITÃO - É um problema mais grave porque envolve um tipo de consumidor de renda mais baixa ainda do que o de consumidor de maconha. O *crack* vicia imediatamente; e degrada o organismo com uma violência absurda. Em 2 meses uma pessoa já está totalmente viciada. E, para tratar, demora muito...

Então, o crime na juventude, nessa faixa de adulto jovem, está relacionado com o *crack*. Estamos trabalhando.

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Além do investimento estadual, há investimento federal previsto para ajudar nesse combate?

O SR. RICARDO LEITÃO - Nós fomos informados de que o Ministério da Justiça está coordenando um trabalho juntamente com 11 Ministérios, e que vai lançar um plano nacional de combate ao *crack*.

Esse não é um problema somente de Pernambuco. No centro de São Paulo a situação é horrorosa, degradante. Se um Estado como São Paulo não consegue vencer isso, imaginem como é nos outros Estados.

Esse plano vai ser formado, e vai ser criada uma linha de financiamento. Os Estados com mais dificuldades vão se acoplar a esse plano. Não sei dizer qual é o tamanho dos recursos, mas sei que a coisa vai acontecer porque a candidata Dilma Rousseff já tratou desse problema do *crack* no programa do PT há 3 semanas.

É uma ação que tem de ser feita mesmo, porque o problema coloca em risco inclusive a retaguarda da saúde pública. Não temos na rede pública leitos suficientes para receber e tratar a quantidade que há de viciados em *crack*. Pernambuco tem 162 leitos para tratar de drogados. Mas isso não representa nem 1% da quantidade de viciados em *crack* no Estado.

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Sr. Ricardo, estava perguntando sobre segurança porque parece que, para a semana passada, estava prevista uma reunião da Secretaria Nacional de Segurança Pública com todas as cidades-sedes da Copa. Pernambuco participou.

Qual será o projeto de segurança do Governo Federal para cidade-sede?



Eu faço a mesma pergunta também para Curitiba.

O SR. RICARDO LEITÃO - Eu já falei muito. O colega fale também um pouco aí.

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Então anota essa, que eu tenho mais 1 pergunta que vai servir para ambos.

Além das isenções concedidas ao consórcio que realizou a obra, a FIFA também tem mais isenções? Primeiro, queria saber das isenções que foram para Curitiba; se estão sendo concedidas isenções municipais para a obra de Curitiba. Depois, se há isenções a serem concedidas à FIFA.

Gostaria que os senhores respondessem a essa questão.

Por último, pergunto como é constituído o comitê em cada uma das cidades-sedes.

[p13] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:15 Taq.:Patrícia Maciel Rev.:

Fiquem à vontade para responder.

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Vou tentar responder rapidamente. São umas 10 perguntas.

Inicialmente, faço uma pequena correção, Deputado Torres, com relação à informação de que o Estado do Paraná não estaria investindo. Eu gostaria de deixar bem claro. Se bem entendi sua pergunta...

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Não. O que eu disse foi que, pelas informações que vieram do Ministério das Cidades, só tem o governo municipal.

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Na realidade, esse investimento de 400 milhões é um financiamento compartilhado: 50% para a Prefeitura e 50% para o Estado. Quer dizer, o Estado assume a responsabilidade por 229 milhões de reais em investimentos voltados para a mobilidade.

O SR PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Estado assume o financiamento?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Assume o financiamento, afora a contrapartida de 5%. Isso faz parte da carta-consulta, do termo de compromisso, da carta de responsabilidade assumida pelo Governador, pelo Prefeito de Curitiba e também pelo Presidente do Atlético Paranaense, em cuja arena da baixada vão ser realizados os jogos programados, se tudo correr bem.



Então, isso está esclarecido. São 229 milhões de reais, mais a contrapartida e mais as desapropriações. São de responsabilidade do Estado do Paraná essas obras que se estão realizando na região metropolitana.

Como está ocorrendo na região metropolitana de Recife, também as propostas feitas nas cartas-consultas fazem parte de um planejamento estratégico para a região metropolitana. E também nós, em Curitiba, estamos antecipando. Quer dizer, esses já eram investimentos previstos com vistas à otimização, ou seja, para aumentar a eficiência, a fluidez da mobilidade metropolitana.

Por exemplo, 2 municípios com economia complementar são obrigados a passar pela Rodovia Radial para entrar e sair de Curitiba. As ligações em forma de anel procuram diminuir a velocidade morta e otimizar a ligação entre municípios com economia complementar. Esse é o enfoque de quase todos os investimentos na região metropolitana, além de se considerar a necessidade de se evitar o percurso pelas vias centrais, onde, na realidade, ocorrem congestionamentos fantásticos! Hoje isso ocorre não somente em Curitiba, mas em todas as grandes cidades do Brasil. Então, o que estamos procurando fazer é essa sinergia, é a otimização do uso das vias radiais existentes, fazendo ligações entre elas e evitando a sobrecarga no sistema viário central. Com os contornos já existentes, isso tem sido uma solução.

É óbvio que, na medida em que se adensa, que cresce a urbanização, mais pessoas afluem e aumenta a taxa de crescimento. É importante que se diga que o crescimento demográfico na região metropolitana se dá sobretudo nos municípios vizinhos ao pólo de Curitiba. Enquanto o Estado do Paraná teve crescimento em torno de 1% ao ano nessas 2 últimas décadas, o crescimento de Curitiba foi em torno de 2%, assim como o crescimento dos municípios conurbados, vizinhos de Curitiba, é de 3% ao ano, quer dizer, 3 vezes maior do que o crescimento do Estado. Em alguns municípios esse crescimento é ainda maior — falo dos municípios mais industrializados e que oferecem mais possibilidades de emprego.

O processo de reestruturação da economia, da indústria de Curitiba, esse processo de inserção no mercado internacional, de globalização, tem consequências espaciais. As indústrias procuram espaço e terrenos a um custo mais favorável nos municípios vizinhos, e não propriamente em Curitiba. Isso leva também ao aumento



do movimento pendular dos que moram em Curitiba e trabalham em município vizinho, ou vice-versa, num processo crescente anualmente.

O que procuramos fazer é estimular, ou melhor, desestimular os percursos desnecessários por meio de um processo que obedece às diretrizes de um plano estratégico metropolitano. É um plano de desenvolvimento integrado com horizonte de 20 anos, elaborado e discutido com as prefeituras. Centra-se na questão do uso e da ocupação do solo, que é o que induz a ocupação espacial, o desenvolvimento, juntamente com o transporte — transporte/infraestrutura; sistema viário; transporte de passageiros.

Estes são os 3 elementos da política estratégica da região metropolitana: uso e ocupação do solo; sistema viário; e transporte coletivo. Isso tudo está coordenado, conjugado, harmonizado para fazer uma indução para onde há melhores condições, ou menores restrições à ocupação urbana.

Essa é a filosofia da região metropolitana. E a indução é mais direcionada para onde? Para o sul, porque temos ao norte uma região de área de Karsten, com grandes áreas subterrâneas, com solo geologicamente frágil e acidentado; a leste há a Mata Atlântica, a Serra do Mar, onde estão as nascentes dos grandes rios do Paraná, que procuramos preservar para evitar o que ocorre nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Há uma posição intransigente, e esta é responsabilidade da COMEC, de não dar anuência para o parcelamento do solo em áreas de proteção de mananciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Essas são as obras de mobilidade urbana?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - As áreas de mobilidade urbana são previstas para induzir a ocupação ao sul, a fim de evitar essa velocidade morta nos municípios com grandes parques industriais. Por não existir uma ligação viária entre os municípios periféricos é que muitos têm que se utilizar do contorno em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer uma pergunta aos senhores.

A reunião de janeiro, como mês em que se estabeleceu uma matriz de responsabilidade, estabeleceu quem aportaria determinada obra, bem como os



prazos. Esses prazos estão sendo cumpridos pelo Governo Federal? Ou seja, a Caixa tem tido uma boa relação de fluxo de papéis?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Na realidade, o Governo Federal adiou o prazo para a assinatura dos contratos, que era até maio e que agora está estendido até o dia 2 de julho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Então os prazos foram postergados. No caso de Recife, também?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - O que nos dá garantia de recursos é a assinatura de contrato. Se não temos assinatura de contrato, há um risco muito grande em publicar editais de licitação, porque, de repente, isso não se viabiliza. E isso tudo leva a uma postergação de procedimentos licitatórios. Esse é um ponto que eu queria deixar bem claro. Não estamos atrasados; estamos cumprindo os prazos previstos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Governo postergou os prazos para si mesmo, talvez porque não estivesse conseguindo analisar os projetos.

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Os Estados talvez não sejam problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - E a Caixa?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - A Caixa ou os Estados, o fato é que houve uma postergação desse prazo para assinatura de contratos e, por via de consequência, para submeter isso à análise da Secretaria de Transportes Metropolitanos — STM.

As cartas-consultas, eu gostaria de confirmar, foram apresentadas em tempo hábil, conforme procedimento previsto em cronograma do Ministério das Cidades.

Com relação ao estádio, este é um ponto realmente complicado porque o estádio é particular. O Estado não vai pôr dinheiro, não vai subsidiar uma entidade privada, nem a Prefeitura. Há uma posição clara, isto está muito claro: não haverá doação para o clube que assumiu compromisso, que assinou um termo de compromisso de que completaria o estádio em 13 de janeiro.

[P14] Comentário: Sessão:0655/10
Quarto:17 Taq.:Stella Maris Rev.:



O BNDES exigia, e exige ainda hoje, que a iniciativa privada dê garantias reais. Quer dizer, tem-se que oferecer patrimônio próprio para que o BNDES financie qualquer empresário que queira se consorciar ou fazer parceria com o clube privado.

Com o estádio em fase mais avançada, há esse problema. A conclusão corresponde a 30% das obras previstas, e não há essa cobertura financeira. O clube não quer assumir dívida e está buscando parceria com a iniciativa privada, porque o Estado não vai colocar recursos nem a Prefeitura tampouco. O poder público não tem essa condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Qual é o impasse, então?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - O impasse para a obra que está mais avançada no Brasil refere-se a esses 30% restantes. Hoje, o valor investido no estádio está em torno de 400 milhões; o Atlético investiu por conta própria. Faltam 30%, que correspondem a cerca de 90 milhões. Até 30 milhões o Atlético se compromete a arcar com a responsabilidade; o ponto de interrogação é com relação aos 60 milhões restantes. Então, são 20% restantes do conjunto de obras previstas e programadas, conforme o caderno de encargos estabelecido pela FIFA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deixe-me checar com o senhor: o total geral que será investido no estádio pelo Atlético é de 138 milhões de reais?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - São 138 milhões, mas, com a desoneração fiscal, isso cai para cerca de 90 milhões. E o Atlético assume a responsabilidade por 30 milhões, conforme tem dito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Dos 138 milhões ele só assume 30 milhões.

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Com a desoneração fiscal, tirando os impostos públicos (do Estado, do Município e da União), o custo cai para 90 milhões, dos quais o Atlético assume 30 milhões. Estamos ajudando no sentido de articular com a iniciativa privada, para resolvermos o problema dos 60 milhões.

Está sendo colocada em questão a possibilidade de se realizar os jogos da Copa em Curitiba. Pode vir a ser a causa da não realização da Copa em Curitiba. Não seria por descumprimento dos compromissos assumidos na área da



mobilidade, nem da parte do Estado nem da parte do município. Não se vai deixar de fazer, até porque são necessários, independentemente da Copa. Este é para nós um momento importante para anteciparmos esses investimentos. E isso será feito. Os compromissos assumidos pelo Estado e pelo Município serão cumpridos. Só que resta a resolver essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Segundo informação que me foi repassada, o investimento feito consiste em 12,5 milhões em projetos, pagos pelo Governo Municipal e pelo Governo do Estado; em mais 16,8 milhões em hospitalidade comercial, obras, também com recursos do Governo estadual e do Governo municipal; em mais 15,6 milhões com complexo esportivo, afiliados comerciais, também em obras assumidas pelo Governo municipal; e em mais 1,7 milhão com barracas gastronômicas e voluntários. Quer dizer, o que ficaria especificamente para reforma e ampliação do estádio seriam 138...

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Esses outros todos são responsabilidade de...

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Certo. Com a desoneração fiscal, isso cai para 90 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Na obra...

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Na obra do estádio. O investimento pelo Atlético no estádio estava estimado em 400 milhões. Então, realmente, é um problema sério que nós podemos até entender: embora tenham assumido o compromisso de concluir como entidade, como empresa privada, eles, contudo, estão confrontados com essa dificuldade. E nós estamos tentando articular uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Sr. Alcidino, posso fazer uma pergunta bem direta? Há risco de o Paraná não sediar a Copa?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Há.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Por conta desse impasse nas obras do estádio?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Do estádio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - E quando o senhor acha que isso se resolve?

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Nós estamos quase que permanentemente nos reunindo. Estive lá ontem, ainda antes de vir para cá, para saber qual é a posição última do Conselho Deliberativo do Atlético. Estive ontem falando com o Gears, o Presidente do Conselho. O nosso contato é permanente. Nós temos interesse, a Associação Comercial tem interesse, a Federação das Indústrias tem interesse, e, politicamente, para o Estado é importante, para a Prefeitura é importante que Curitiba venha a sediar jogos da Copa do Mundo. Nós temos interesse e vamos continuar nos mobilizando, tentando viabilizar recursos com a iniciativa privada. Agora, recurso público não será investido, porque há uma impossibilidade legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Certo, essa é a primeira confirmação que nós ouvimos sobre os riscos quanto à Copa. Como o Dr. Ricardo falou, esses riscos parecem ser viáveis pelo que apresentaram. Essa é uma confirmação. Isso é realmente preocupante, evidentemente, porque todos têm a expectativa de que o Paraná possa sediar jogos da Copa.

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Eu não poderia deixar de dizer claramente isso. E disse ontem, inclusive, para o Presidente do Conselho Deliberativo do Atlético, que eu repetiria isso aqui, nesta Comissão de Fiscalização. Acho que não há outra alternativa para o Estado a não ser dizer isso claramente.

Qual é a possibilidade do poder público federal, estadual e municipal, afora a desoneração fiscal? Realmente, é contribuir para mostrar a segmentos da iniciativa privada que têm interesse nos investimentos para a Copa, a exemplo do que Pernambuco está sinalizando...

Esse projeto, por exemplo, de construções de imóveis, acho uma coisa extremamente interessante. Que nós levemos ao Atlético esse exemplo, essa possibilidade. Só que não contamos ainda com uma Odebrecht...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Você não têm a área que eles têm, também.

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Esse é um problema nosso. Nós não temos ainda uma grande empresa que assuma a responsabilidade de



articular e comandar o processo corporativo, porque esse seria, evidentemente, o caminho.

Será possível um *naming rights*, por exemplo? É uma das possibilidades dar-se o nome do estádio para uma grande empresa vinculada ao esporte, ao futebol, por 30 anos. Isso viabiliza? Quer dizer, são várias as alternativas para que a iniciativa privada seja atraída para cobrir esse investimento de 90 milhões. São várias as possibilidades.

Nós estamos empenhados em viabilizar isso. E ainda há esperança por parte do Governador — ele tem dito isso — e por parte do próprio Atlético. Agora, pensar que receita das atividades esportivas vão cobrir esses custos operacionais e ainda mais amortizar os custos de investimento, acho que isso é criar ilusões, fantasia. Os estudos todos têm mostrado que o caminho é outro.

Então, com relação a essas questões, digo que nós continuamos tratando de promoção do turismo, de grandes investimentos, com relação a essa visão ecológica que nós queremos implantar para mostrar aos visitantes de Curitiba. Nós temos inúmeros projetos com relação a conservação, com relação a um parque que tem uma extensão de 100 quilômetros ao longo do Rio Iguaçu, o que vem resolver um problema de drenagem, um problema muito atual no Brasil de hoje, sempre às voltas com enchentes, inundações. Esse é um projeto multiuso e que seria mais uma atração para a Copa. Seria a Copa Verde, juntamente com a promoção de Foz de Iguaçu, que é um dos grandes polos turísticos do País, a par do nosso litoral. Certamente, não se compara com o do Nordeste o nosso litoral. Mas lá também temos grandes atrações, sobretudo Foz do Iguaçu, que acho que é o terceiro polo nacional de turismo. Isso tudo seria conjugado com os acontecimentos, os eventos da Copa.

Haveria mais alguma pergunta Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não. Só para dizer que fiquei agora um pouco assustado, um pouco mais preocupado com essa situação, porque eu imagino, como o senhor disse, que, já que as obras de mobilidade urbana estão dentro do prazo... O Município sedie ou não a Copa, a esta altura ele já vai assumir as dívidas, ele vai continuar com esse investimento em mobilidade urbana.



Agora, os outros setores, a iniciativa privada, por exemplo, o setor hoteleiro, muito provavelmente vai se retrair enquanto não houver essa decisão. Outras áreas também, porque há todo um complexo...

O SR. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA - Espera-se que haja um conjunto de interessados potenciais. Isso estamos sentindo pela pressão que vai se exercendo sobre o Atlético. Ao mesmo tempo, perversamente, existe um mecanismo de majoração do custo desses investimentos do próprio Atlético. Na medida em que está sendo empurrado contra a parede, provavelmente, procura-se especular com relação a essas dificuldades do Atlético.

Então, esses são os conflitos, os dilemas que temos com o estádio, cujas obras estão em fase avançada. Aliás, é um dos melhores estádios que realmente correspondem às expectativas, às exigências da FIFA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Isso é realmente contraditório.

O Ricardo teria algo a acrescentar?

O SR. RICARDO LEITÃO - Só um comentário: esse problema por que Curitiba passa também atravessam duas outras praças que também têm estádios privados. Vejam que o Morumbi também está com dificuldade de viabilizar a sua equação econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) – Sim, com as exigências da FIFA. Nós estivemos lá recentemente.

O SR. RICARDO LEITÃO - O Grêmio também, em Porto Alegre, está enfrentando a mesma dificuldade. Porque, nesse caso, não há a presença do Governo, como se fosse uma obra pública feita pelo Governo. Tampouco existe parceria do Governo com a área privada. É o privado que tem de ir ao mercado financeiro ou se associar a outros empreendedores para viabilizar o empreendimento.

Então, essa é uma operação que envolve um risco maior do que outras operações que, de alguma maneira, tenham a participação dos entes públicos, do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Contraditoriamente ao anúncio que foi feito por ocasião de quando ganhamos a Copa, de que teríamos 12



estádios novos privados... Porque, ao final, os únicos 3 privados acabam sendo inviabilizados se não forem feitos alguns ajustes.

Bem, eu sei que já é meio tarde. Já ouvimos muitas informações importantes.

A Deputada Rebecca Garcia solicitou, e gostaríamos de reiterar sua solicitação, que nos fossem encaminhadas outras informações que não puderam ser prestadas agora.

Agradecemos muito a presença dos senhores: representando aqui o Governo de Pernambuco, o Sr. Ricardo Leitão; e, representando o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura de Curitiba, o Sr. Alcidino Pereira.

São informações relevantes. Acho que isso se soma à ideia geral que estamos começando a ter acerca dessas dificuldades, que precisam ser superadas urgentemente.

Faço votos de que Curitiba consiga resolver esse impasse, como também faço votos de que seja garantida toda a segurança e a tranquilidade que Pernambuco traz para a nossa Comissão. E de que os prazos sejam mantidos, e os objetivos, atingidos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos e encerro esta audiência pública.

Muito obrigado.